

**TRABALHO** Dos 7,23 milhões de desempregados em 99, 6,65 milhões (quase 92%) moram nas grandes cidades e suas periferias

# Capitais perdem mais empregos com crises

ISABEL CLEMENTE  
DASUCURSAL DO RIO

Um retrato do país em 1996 e outro no ano passado mostram que os maiores estragos das crises que abalaram a economia nesse período foram sentidos no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras.

Entre 1996 e 1999, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas atingiu 14% da força de trabalho, acentuando ainda mais a distância da desocupação nos grandes centros daquela registrada em nível nacional (9,8%), segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Em 1996, o desemprego metropolitana médio era de 9,5%, contra 6,9% do país.

Para ter uma idéia do que isso significa, do contingente de 7,23 milhões de desempregados do país no ano passado, 6,65 milhões, ou quase 92%, moram nas principais capitais e suas periferias (veja gráfico).

Todas as informações constam de um levantamento sobre desemprego coordenado pelo pesquisador Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"Essa crise de que se fala, na verdade, é uma crise de desemprego metropolitana", diz Neri. Segundo ele, a crise de agora bateu todos os recordes dos anos 80 em impactos negativos no mercado de trabalho.

O economista explica que as taxas de desemprego cresceram ainda mais nas regiões Sul e Sudeste, o que quase fez estancar o fluxo migratório para as principais cidades do país.

Para São Paulo, diz Neri, o fluxo de migração ficou próximo a zero em 1998. A crise, acredita ele, continuou expulsando as pessoas das

grandes cidades. "Existe uma busca por novas fronteiras."

A taxa de desemprego da Pnad normalmente passa despercebida. É sempre maior do que os resultados mensais do IBGE, que pesquisa apenas seis regiões metropolitanas do país, por ser mais abrangente (são dez as regiões metropolitanas) e também por diferenças metodológicas.

## Pobreza estancou

O contraponto à escalada do desemprego foi o não empobrecimento da população, afirma Neri. O índice de pobreza ficou praticamente estável nos últimos quatro anos, chegando a cair um pouco — de 29,8% para 29,3% — entre os períodos pré e pós-crise.

O índice de pobreza é um cálculo da FGV sobre a proporção da população cuja renda domiciliar per capita, seja ela de trabalho, aluguel ou aposentadoria, está abaixo de R\$76 por mês.

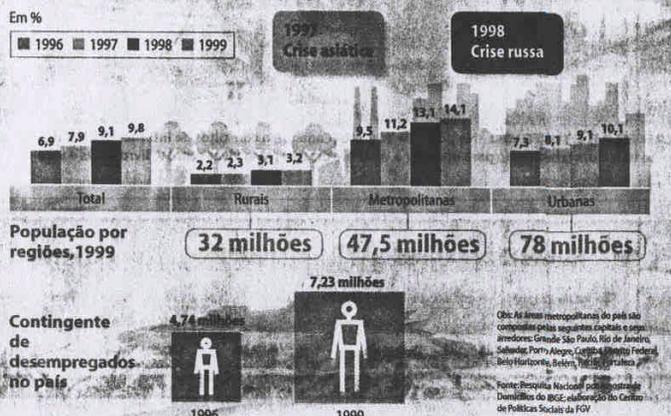
A quantia refere-se ao custo de uma cesta de alimentos que contenha o mínimo necessário para uma pessoa se sustentar durante um mês, segundo critérios da OMS (Organização Mundial de Saúde). O levantamento da fundação ajusta o valor de acordo com a região. No Nordeste, por exemplo, cai a 90% dos R\$76.

Neri enfatiza que teria sido ainda pior se a pobreza tivesse disparado junto com o desemprego, após as crises asiática, russa e a do real, cuja desvalorização, em janeiro do ano passado, levou a um repique da inflação e a uma freada na economia.

"Minha principal crítica é que estamos olhando muito para o próprio umbigo, para o mercado de trabalho metropolitano. Essas não são as regiões mais pobres."

O desemprego cresceu para todos, mas nas áreas rurais ele é muito baixo (3,2% no ano passado). Nos centros urbanos a taxa está próxima a 10%.

## DESEMPREGO NAS CIDADES CRESCE COM CRISE MUNDIAL



Editoria de Arte/Folha Imagem

## Indústria em SP cria vagas pelo 7º mês consecutivo

DA REPORTAGEM LOCAL

Foram criados 1.607 postos de trabalho na indústria de São Paulo no mês de julho. Segundo pesquisa divulgada ontem pela Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), o número de vagas na indústria cresceu 0,10% em relação a junho deste ano.

Desde janeiro, o número de empregos gerados pela indústria paulista tem crescido. Nos últimos 12 meses, foram criadas, segundo a Fiesp, 13,014 mil vagas.

# Turbulência atinge parcela mais rica

DASUCURSAL DO RIO

Alguns fatores ajudam a entender por que o desemprego não fez subir, na mesma proporção, a pobreza no país, durante as seguidas crises de 1997 até o ano passado.

O economista Marcelo Neri, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), se debruçou sobre os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) e concluiu, por exemplo, que a desocupação subiu menos entre os chefes de família, os principais provedores de renda de um núcleo familiar. O índice passou de 4% para 5,6% em quatro anos. Entre os filhos, o nível de desocupação é três vezes maior.

Também se mostrou menos intenso o aumento do desemprego entre as pessoas de 40 a 45 anos, cujo efeito em cadeia seria mais

grave, imaginando-se que esses trabalhadores têm, em geral, dependentes.

Nessa faixa etária a taxa é quase um quarto daquela que atinge os jovens de 15 a 20 anos, as maiores vítimas da falta de oportunidades de uma economia estagnada. Nessa faixa etária, o desemprego chegou a 21% em 99.

O baixo desemprego nas áreas rurais ajuda a explicar também a contenção da miséria, já que é nessas regiões que estão as comunidades mais carentes.

Mulheres e mestiços ou negros também continuam sendo os mais atingidos. Quando levada em conta a educação, escapam os extremos — analfabetos e instruídos com pelo menos a universidade, mesmo que incompleta, sofrem menos.

"As crises afetaram principal-

mente quem tinha inserção produtiva e perdeu com a abertura econômica. Posições que, colocadas à prova, não se sustentaram", explica Marcelo Neri.

Quando divulgou a Pnad, o IBGE já chamava a atenção para uma redução, ainda que muito pequena, na concentração de renda, viabilizada pela queda mais significativa nos rendimentos das classes mais abastadas.

A chamada classe A, cujo poder aquisitivo lhe garante alguns bens de consumo duráveis como freezer, geladeira e máquina de lavar, registrou um aumento de 56,8% entre as taxas de desemprego de 96 e de 99. A média da região metropolitana teve alta de 48%.

Para o economista Carlos Langoni, diretor do Centro Internacional da FGV, a crise brasileira não só foi mais moderada e mais

curta do que a asiática e a russa, como acabou tendo um efeito redistributivo. "Atingiu as regiões mais ricas do país e poupou as mais pobres", diz.

As regiões metropolitanas foram as mais prejudicadas porque a crise brasileira ficou concentrada na indústria, explica Langoni. Ele destaca que, justamente por isso, a indústria paulista foi o principal alvo involuntário da retração econômica nacional, tendo sofrido ainda com a realocação de atividades fabris para outros pontos do país. São duas situações que colaboraram duplamente para a retração no número de vagas em São Paulo.

A concentração do desemprego nas áreas metropolitanas também reflete a maior diversificação da estrutura de trabalho no país, na opinião de Langoni. (1C)